

COMPANHIA DE HABITAÇÃO DE PONTA GROSSA – PROLAR
CNPJ 81.670.804/0001-08
Ponta Grossa - PR

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO

	ATIVO (Em Reais)			PASSIVO (Em Reais)	
	2019	2018		2019	2018
CIRCULANTE	<u>4.245.793</u>	<u>4.520.082</u>	CIRCULANTE	<u>447.957</u>	<u>429.568</u>
DISPONIBILIDADES	<u>71.531</u>	<u>73.811</u>	Fornecedores	43.400	32.829
Caixa e equivalentes de caixa (nota 04)	71.531	73.811	Obrigações fiscais/tributárias	78.922	82.635
			Obrigações sociais/trabalhistas	253.380	240.739
			Outras contas a pagar	72.255	71.163
DIREITOS REALIZÁVEIS	<u>4.174.262</u>	<u>4.446.271</u>	Adiantamento de clientes	-	2.201
			Empréstimos	-	-
Duplicatas a receber (nota 05)	2.146.106	2.127.575	Convênios	-	1
Estoques (nota 06)	1.843.878	2.118.961			
Adiantamentos a funcionários	16.790	10.798			
Impostos a recuperar	47.448	48.148			
Outros valores a receber	119.370	137.902	NÃO CIRCULANTE	<u>5.806.592</u>	<u>5.315.327</u>
Despesas antecipadas	670	2.887			
			Resultado de exercícios futuros (nota 8)	5.397.907	5.027.868
NÃO CIRCULANTE	<u>5.284.139</u>	<u>4.671.078</u>	Fundo municipal de habitação (nota 09)	408.685	287.459
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	<u>4.641.757</u>	<u>4.207.079</u>			
Duplicatas a receber (nota 05)	4.621.583	4.188.479	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	<u>3.275.383</u>	<u>3.446.265</u>
Outros valores a receber	20.174	18.600			
			Capital social (nota 10)	16.029.135	14.239.135
INVESTIMENTOS	-	-	Ajustes de exercícios anteriores	(18.000)	(64.072)
IMOBILIZADO (nota 07)	<u>351.376</u>	<u>402.164</u>	Resultados acumulados	(12.735.752)	(10.728.798)
INTANGÍVEL	<u>291.006</u>	<u>61.835</u>			
TOTAL DO ATIVO	<u>9.529.932</u>	<u>9.191.160</u>	TOTAL DO PASSIVO	<u>9.529.932</u>	<u>9.191.160</u>

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

COMPANHIA DE HABITAÇÃO DE PONTA GROSSA – PROLAR
CNPJ 81.670.804/0001-08DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO – R\$
PERÍODO DE 01/JAN/2018 A 31/DEZ/2019

CONTAS ESPECIFICAÇÕES	CAPITAL SOCIAL			AJUSTE DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	RESULTADOS ACUMULADOS	TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
	SUBSCRITO	A REALIZAR	TOTAL			
SALDOS EM 01/JAN/2018	<u>13.998.243</u>	<u>(1.247.108)</u>	<u>12.751.135</u>	<u>(220)</u>	<u>(8.933.738)</u>	<u>3.817.177</u>
INTEGRALIZAÇÃO DE CAPITAL	1.870.000	(382.000)	1.488.000			1.488.000
AJUSTE DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	(63.852)		(63.852)
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	-	-	-	-	(1.795.060)	(1.795.060)
SALDOS EM 31/DEZ/2018	<u>15.868.243</u>	<u>(1.629.108)</u>	<u>14.239.135</u>	<u>(64.072)</u>	<u>(10.728.798)</u>	<u>3.446.265</u>
INTEGRALIZAÇÃO DE CAPITAL	450.000	1.340.000	1.790.000	-	-	1.790.000
AJUSTE DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	46.072	(64.072)	(18.000)
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	-	-	-	-	(1.942.882)	(1.942.882)
SALDOS EM 31/DEZ/2019	<u>16.318.243</u>	<u>(289.108)</u>	<u>16.029.135</u>	<u>(18.000)</u>	<u>(12.735.752)</u>	<u>3.275.383</u>

COMPANHIA DE HABITAÇÃO DE PONTA GROSSA - PROLAR			COMPANHIA DE HABITAÇÃO DE PONTA GROSSA - PROLAR		
CNPJ 81.670.804/0001-08			CNPJ 81.670.804/0001-08		
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO			DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA		
Em R\$	2019	2018	Em R\$	2019	2018
RECEITA BRUTA	<u>1.210.169</u>	<u>927.889</u>			
Venda de imóveis (nota 12)	1.210.169	927.889	FLUXO DE CAIXA DA ATIVIDADE OPERACIONAL		
DEDUÇÃO DAS RECEITAS (nota 13)	<u>(166.398)</u>	<u>(127.585)</u>	Prejuízo do exercício	(1.942.882)	(1.795.060)
RECEITA LÍQUIDA	<u>1.043.771</u>	<u>800.304</u>	. Ajuste de exercícios anteriores	(18.000)	(63.852)
CUSTO DOS SERVIÇOS EXECUTADOS (nota 14)	<u>(224.371)</u>	<u>(186.884)</u>	. Depreciações e amortizações	<u>115.125</u>	<u>83.322</u>
LUCRO BRUTO	819.400	613.420	Prejuízo ajustado	(1.845.757)	(1.775.590)
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	<u>(2.762.282)</u>	<u>(2.408.480)</u>	. Variação nas contas de duplicatas a receber	(451.635)	(623.669)
Despesas gerais e administrativas (nota 15)	(2.771.242)	(2.448.680)	. Variação na conta de estoques	275.083	56.378
Despesas financeiras (nota 16)	(26.957)	(9.910)	. Recursos de convênio a aplicar	-	-
Receitas financeiras (nota 17)	38.111	81.707	. Variação na conta de tributos a recuperar	700	(699)
Outras receitas/despesas operacionais	(2.194)	(31.597)	. Variação na conta de fornecedores	10.571	(74.353)
RESULTADO OPERACIONAL	<u>(1.942.882)</u>	<u>(1.795.060)</u>	. Variação na conta de obrigações fiscais/tributárias	(3.713)	59.469
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	<u>(1.942.882)</u>	<u>(1.795.060)</u>	. Variação da conta obrigações trabalhistas e sociais	12.641	17.355
Prejuízo por lote de 1.000 ações	(136)	(126)	. Variação da conta obras a executar	-	-
COMPANHIA DE HABITAÇÃO DE PONTA GROSSA - PROLAR			. Variação da conta fundo municipal de habitação	121.226	112.681
CNPJ 81.670.804/0001-08			. Variação da conta resultado exercícios futuros	370.039	607.445
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO			. Variação de outras contas ativas e passivas	12.125	(121.004)
	2019	2018	<u>Caixa líquido proveniente das atividades operacionais</u>	<u>(1.498.720)</u>	<u>(1.741.987)</u>
1 RECEITAS	1.207.975	896.292	FLUXO DE CAIXA DA ATIVIDADE DE INVESTIMENTO		
1.1 Venda de Imóveis	1.210.169	927.889	Aquisição de imobilizado/intangível	(293.560)	3.713
1.2 Outras receitas e despesas	(2.194)	(31.597)	Aquisição de Investimentos	-	-
2 INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(681.174)	(563.334)	<u>Caixa líquido das atividades de investimento</u>	<u>(293.560)</u>	<u>3.713</u>
2.1 Custos dos imóveis vendidos	(224.371)	(186.884)	FLUXO DE CAIXA DA ATIVIDADE DE FINANCIAMENTOS		
2.2 Materiais, serviços terceiros, outros	(456.803)	(376.450)	Aumento de Capital Social	1.790.000	1.488.000
3 VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	526.801	332.958	<u>Caixa líquido das atividades de financiamento</u>	<u>1.790.000</u>	<u>1.488.000</u>
4 RETENÇÕES	(115.125)	(83.322)	<u>AUMENTO LÍQUIDO DAS DISPONIBILIDADES</u>	<u>(2.280)</u>	<u>(250.274)</u>
4.1 Depreciação, amortização	(115.125)	(83.322)	DISPONIBILIDADES:	(2.280)	(250.274)
5 VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PROD PELA ENTIDADE(3-4)	411.676	249.636	No Início	73.811	324.085
6 VALOR ADICIONADO POR TRANSFERÊNCIA	11.154	71.797	No Final do Exercício	71.531	73.811
6.1 Resultado da Equivalência Patrimonial	-	-			
6.2 Receitas Financeiras	11.154	71.797			
7 VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)	422.830	321.433			
8 DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	422.830	321.433			
8.1 Pessoal e encargos	2.184.737	1.980.584			
8.2 Impostos, taxas e contribuições	174.667	135.374			
8.3 Juros e aluguéis	6.308	535			
8.4 Prejuízo do exercício	(1.942.882)	(1.795.060)			

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

COMPANHIA DE HABITAÇÃO DE PONTA GROSSA - PROLAR

Cnpj nº 81.670.804/0001-08

Ponta Grossa - PR

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Período de 01 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2019
Valores Expressos em R\$ 1,00**NOTA 1. CONTEXTO OPERACIONAL**

A COMPANHIA DE HABITAÇÃO DE PONTA GROSSA - PROLAR foi criada em 13 de setembro de 1989 nos termos da lei municipal nº 4.298, sob a forma de Economia Mista, sociedade anônima de capital fechado, tendo como acionista majoritário a Prefeitura Municipal de Ponta Grossa, sendo regido pelo Estatuto Social, seus Regimentos e Regulamentos e em consonância com a legislação aplicável.

Tem como objetivo social:

- Elaborar planos e programas visando equacionar e propor soluções para o problema habitacional no município;
- Atuar como entidade captadora e administradora de recursos oriundos da União, do Estado do Paraná, do município de Ponta Grossa e de entidades paraestatais e instituições financeiras, destinados à construção de casas populares e execução de loteamentos para fins habitacionais;
- Elaborar e executar projetos de implantação de núcleos habitacionais;
- Incentivar e apoiar a construção de casas populares, através de projetos tipo mutirão e outros, para fins familiares de baixa renda;
- Incentivar e promover o desenvolvimento, com a construção de casa de baixo custo, para atendimento das parcelas mais carentes da população;
- Projetar, construir, incorporar, financiar, e comercializar habitações convencionais e de interesse social, lotes residenciais e materiais de construção;
- Produzir industrialmente artefatos de concreto e outros aplicáveis na edificação das habitações e obras complementares de urbanização e paisagismo de núcleos residenciais;
- Celebrar convênios e firmar contratos com órgãos governamentais, entidades paraestatais e privadas, e instituições financeiras, para consecução de suas finalidades;
- Negociar a importação e importar, se necessário, materiais destinados à construção de moradias. A COMPANHIA DE HABITAÇÃO DE PONTA GROSSA – PROLAR poderá participar de outras sociedades, desde que seja meio de realizar o projeto social.

NOTA 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas com observância aos Princípios Fundamentais de Contabilidade e às práticas contábeis adotadas no Brasil, em consonância com a Legislação societária, contemplando as alterações e atualizações das leis nº 11.638/07 e 11.941/09.

Em simetria com os Pronunciamentos Técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, a empresa adotou as avaliações e os procedimentos necessários para a apresentação das demonstrações contábeis em conformidade com novas Práticas Contábeis.

A companhia elaborou estudos sobre os reflexos da aplicação das disposições da Lei nº 12.973/14, concluindo que não há efeitos relevantes nas suas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2.019, em decorrência das taxas de depreciação aplicadas sobre seu ativo imobilizado, que não ultrapassam os limites estabelecidos pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Os efeitos inflacionários são reconhecidos através da atualização monetária dos ativos e passivos, sujeitos à indexação ou variação cambial, e estão refletidos no resultado do exercício.

NOTA 3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

Dentre os principais procedimentos adotados para a elaboração das demonstrações contábeis ressaltamos:

a) APURAÇÃO DO RESULTADO

As receitas, despesas e provisões são escrituradas dentro do período em que foram auferidas ou incorridas, estando, portanto, registradas conforme sua competência.

b) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O caixa e equivalentes de caixa incluem os saldos em bancos, contas movimento e aplicações financeiras, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, as quais não superam os respectivos valores de mercado.

c) DUPLICATAS A RECEBER

As contas a receber englobam os créditos, com clientes, faturados até a data de encerramento do exercício, contabilizados com base no regime de competência.

d) OUTROS ATIVOS

Os demais ativos estão apresentados ao custo de aquisição, atualizados conforme disposições legais ou contratuais, ajustados ao valor provável de realização.

e) ESTOQUE

A entidade avalia os estoques pelo menor valor entre o custo e o preço de venda estimado, diminuindo os custos e despesas com vendas.

O critério de mensuração do custo inclui todos os custos de compra, custos de transformação e outros custos incorridos para trazer os estoques para sua localização e condição atuais.

f) IMOBILIZADO/INTANGÍVEL

Está demonstrado ao custo de aquisição, ajustado por depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear, a taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil, fixado por espécie de bens.

Os saldos inerentes aos bens imobilizados se encontram apresentados pelo seu valor recuperável, não havendo qualquer evidência de fatos que possam refletir em perdas na realização desses ativos.

g) PASSIVO CIRCULANTE

Demonstrado por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicáveis, os encargos e as variações monetárias incorridas.

h) PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS TRABALHISTAS

A companhia possui ação trabalhista tramitando em juízo, na qualidade de requerida, cujo valor e risco, associados, foram determinados mediante a análise dos processos, sendo aqueles classificados como de possível perda, não sendo necessário constituir provisão.

NOTA 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

A composição do caixa e equivalente de caixa discrimina-se da seguinte forma:

Descrição	Saldo em 2019	Saldo em 2018
Caixa Arrecadação	3.617	-
Bancos conta movimento	67.914	73.811
Aplicações financeiras	-	-
Total	71.531	73.811

NOTA 5. DUPLICATAS A RECEBER

A composição das duplicatas a receber discrimina-se da seguinte forma:

Descrição	Circulante	Saldo em 2019	Saldo em 2018
		Não Circulante	Não Circulante
Lotes Residenciais	921.754	2.756.131	976.716
Lotes Comerciais	692.293	833.654	602.186
Conjuntos Residenciais	552.770	1.031.798	605.870
PECLD ¹	(20.711)	-	(57.197)
Total	2.146.106	4.621.583	2.127.575

1 PECLD – Provisão Estimada para Créditos de Liquidação Duvidosa

NOTA 6. ESTOQUES

Os saldos de estoques estão apresentados da seguinte forma:

Descrição	Saldo em 2019	Saldo em 2018
Terrenos sem benfeitorias	717.600	717.600
Imóveis a comercializar	1.107.581	1.377.063
Estoque interno	18.697	24.298
Total	1.843.878	2.118.961

NOTA 07. IMOBILIZADO

Bem	Custo	Depreciação Acumulada	2019 líquido	2018 líquido	Taxa anual de depreciação
Veículos	76.300	(72.485)	3.815	19.074	20%
Móveis e utensílios – adm.	105.437	(58.143)	47.294	53.695	10%
Máquinas e equipamentos	30.113	(15.785)	14.328	16.876	10%
Computadores e Periféricos	134.668	(111.181)	23.487	37.834	20%
Terminais Telefônicos	9.332	(3.904)	5.428	6.362	10%
Benfeitorias	297.472	(40.448)	257.024	268.323	4%
Total	653.322	(301.946)	351.376	402.164	

Os saldos estão apresentados pelo seu valor recuperável, não havendo qualquer evidência de fatos que possam refletir em perdas na realização desses ativos.

NOTA 08. RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS

No ato da assinatura do contrato de compra e venda de loteamentos os valores das vendas são transportados para a conta de Receita e Exercícios Futuros, onde seu saldo é baixado para o resultado proporcionalmente às receitas recebidas no período.

Assim também, os custos da obra são transportados para a conta de Custos de Exercícios Futuros, que são baixados conforme as receitas para a conta de custos no resultado.

O saldoda conta Resultado de Exercícios Futuros está apresentado da seguinte forma:

Descrição	Saldo em 2019	Saldo em 2018
Receita de Exercícios Futuros:		
Lotes Residenciais	3.677.886	3.235.766
Lotes Comerciais	1.525.948	1.476.101
Conjuntos Residenciais	1.584.567	1.661.383
Total (a)	6.788.401	6.373.250
Custo de Exercícios Futuros:		
Lotes Residenciais	(1.018.548)	(890.737)
Lotes Comerciais	(191.028)	(226.513)
Conjuntos Residenciais	(180.918)	(228.132)
Total (b)	(1.390.494)	(1.345.382)
Total (a+b)	5.397.907	5.027.868

NOTA 09. FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

Os saldos de fundo municipal de habitação estão apresentados da seguinte forma:

Descrição	Saldo em 2019	Saldo em 2018
Parque dos Sabiás	287.182	209.176
Parque das Andorinhas	121.503	78.283
Total	408.685	287.459

De acordo com a Lei Municipal nº 9.305/2007, foi instituído o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social – FMHIS, com a finalidade de propiciar suporte financeiro à implantação do Programa Municipal de Habitação de Interesse Social – PMHIS, voltada à população de baixa renda

NOTA 10. CAPITAL SOCIAL

O capital social autorizado é de R\$ 16.029.135(dezesseis milhões, vinte e nove mil, cento e trinta e cinco reais), pertencentes inteiramente a acionistas domiciliados no país, composto de 16.029.135 (dezesseis milhões, vinte e nove mil, cento e trinta e cinco)ações ordinárias, sem valor nominal.

NOTA 11. CONTINGÊNCIAS TRABALHISTAS

A Companhia está envolvida em processo de natureza trabalhista, que estão sendo discutidos nas esferas apropriadas. A Administração, consubstanciada na opinião de seus consultores jurídicos externos, não constituiu provisão dos valores, baseada no conceito de que tais processos tem a possibilidade possível de se realizar.

NOTA 12. VENDA DE IMÓVEIS

Descrição	Saldo em 2019	Saldo em 2018
Lotes Residenciais	253.730	255.545
Lotes Comerciais	861.666	559.500
Conjuntos Residenciais	94.773	112.844
Total	1.210.169	927.889

NOTA 13. DEDUÇÃO DAS RECEITAS

Descrição	Saldo em 2019	Saldo em 2018
(-) COFINS	91.972	70.520
(-) PIS	119.968	15.310
(-) Contrib. Previdenciária s/ Receita Bruta	54.458	41.755
Total	166.398	127.585

NOTA 14. CUSTOS DOS SERVIÇOS EXECUTADOS

Descrição	Saldo em 2019	Saldo em 2018
Custo dos Lotes Vendidos	224.371	186.884
Total	224.371	186.884

NOTA 15. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

Descrição	Saldo em 2019	Saldo em 2018
Despesas com Pessoal	1.737.553	1.344.498
Despesas com Diretoria	447.184	474.927
Despesas Tributárias	8.268	7.790
Despesas com lotes a comercializar	-	14.564
Despesas Gerais	578.237	606.901
Total	2.771.242	2.448.680

NOTA 16. DESPESAS FINANCEIRAS

Descrição	Saldo em 2019	Saldo em 2018
Despesas Bancárias	15.290	7.598
Juros de Mora	6.308	535
Outras despesas financeiras	-	-
Descontos Concedidos	5.359	1.777
Total	26.957	9.910

NOTA 17. RECEITAS FINANCEIRAS

Descrição	Saldo em 2019	Saldo em 2018
Rendimentos de Aplicações Financeiras	61	2.787
Juros Recebidos – Mutuários	34.832	73.861
Descontos Obtidos	159	-
Juros Ativos	104	3
Multas recebidas	2.955	5.056
Total	38.111	81.707

NOTA 18. CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E CONSELHO FISCAL

A Entidade não remunera os membros componentes do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, e não distribui ou concede vantagens sob nenhuma outra forma.

NOTA 19. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Após exame das demonstrações contábeis da Companhia de Habitação de Ponta Grossa - Prolar, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, bem como o relatório dos auditores independentes emitido pela YSA Auditores e Associados SS, a Diretoria aprovou a emissão e apresentação das demonstrações financeiras em 17 de março de 2020.

DELOIR JOSÉ SCREMIN JUNIOR
Diretor Presidente

JOSÉ EDEGAR ALVES DOS SANTOS FILHO
Diretor Financeiro

LUCIANA APARECIDA MIGDALSKI
Contadora
CRC PR-058646/O-2

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Companhia de Habitação de Ponta Grossa - PROLAR, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, examinou o Balanço Patrimonial e demais demonstrativos pertinentes ao exercício de 2019, e, baseado no parecer da auditoria de YSA AUDITORES E ASSOCIADOS SS, no Relatório da Diretoria, são de parecer que as "Demonstrações Financeiras" traduzem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Companhia, o resultado de suas operações, as Mutações do Patrimônio Líquido e as Origens e Aplicações de Recursos, de acordo com os "Princípios Fundamentais de Contabilidade", aplicados de maneira uniforme em relação ao exercício anterior. Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião com respeito ao Balanço, cuja ata segue devidamente assinada pelos Conselheiros presentes, encerrando-se a reunião.

Ary Fernando Guimarães Lovato

Eduardo Marques

Ciro Macedo Ribas Junior

Celso Augusto Santana

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**Aos**

**Acionistas, Administradores e Conselheiros da
COMPANHIA DE HABITAÇÃO DE PONTA GROSSA - PROLAR
Ponta Grossa – PR**

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da COMPANHIA DE HABITAÇÃO DE PONTA GROSSA - PROLAR, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da COMPANHIA DE HABITAÇÃO DE PONTA GROSSA – PROLAR em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Outros assuntos**Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior**

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente por nós auditados de acordo com as normas de auditoria vigentes por ocasião da emissão do relatório em 11 de abril de 2019.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de

segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

✓ Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

✓ Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;

✓ Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;

✓ Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional;

✓ Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;

✓ Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela administração declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Curitiba, 17 de março de 2020.

**YSA AUDITORES E ASSOCIADOS SS
CRC-PR 07.495/0-0**

**PEDRO ARMANDO DE LIMA FUNES
CONTADOR CRC-PR 033.119/0-8**